



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COLEÇÃO VIDA & EDUCAÇÃO VOLUME 2

Currículo:

Pactuando caminhos,

Construindo significados

Fortaleza, 1996



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Presidente

Marcondes Rosa de Sousa

1º Vice-Presidente

Edgar Linhares Lima

2º Vice-Presidente

José Teodoro Soares

Secretária Geral

Maria Lucy Gadelha

Conselheiros

Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Cláudio Régis de Lima Quixadá

Eduardo Diatahy Bezerra de Meneses

Ednilton Gomes Soárez

José Rosa Abreu Vale

José Reinaldo Teixeira

Jorgelito Cals de Oliveira

Luiza de Teodoro Vieira

Maria Eudes Bezerra Veras

Marta Cordeiro Fernandes Vieira

Maria Ivoni Pereira de Sá

Maria Sarah Esmeraldo Cabral

Rosa Catarina Negreiros Guimarães

Suplentes

Francisco Leunam Gomes

Lindalva Pereira Carmo

Regina Maria Holanda Amorim



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Equipe Responsável

1. Coordenação:

Solange Rosa de Sousa Marques

2. Realização

Francisca Ilca de Queiroz (DEMEC)
Francisco Cabral Amorim (CEC)
Giovanni Bezerra Barbosa (DEMEC)
Maria Auxiliadora de Almeida Farias (DEMEC)
Maria Auxiliadora de Assunção Pires (CEC)
Maria Elenise de Sousa Mesquita (FUNTELC)
Maria Patrocínio de Moraes (SEDUC)
Rita de Cássia Cirino Lima (SEDUC)
Sonha Malaquias (CEC)

3. Redação Final

Marcondes Roda de Sousa (CEC)
Maria Ivoni Pereira de Sá (CEC)

Observação:

O presente trabalho é uma tentativa de transposição de linguagem e teve por base o documento introdutório da série intitulada “Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental”, elaborada por uma equipe de especialistas sob a responsabilidade do Ministério da Educação e do Desporto.

Trata-se de publicação com o intuito de provocar o debate, na escola, na família e na sociedade. Sua distribuição não tem fins comerciais.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Apresentação

Este livrinho tem um papel: – envolver, na discussão sobre currículo, professores, famílias e os segmentos diversos de nossa sociedade. Ele foi escrito por uma equipe de técnicos do Conselho de Educação do Ceará, da Secretaria de Educação do Estado, da Delegacia do MEC no Ceará e da Fundação de Teleducação do Ceará (a partir de documentação elaborada por especialistas sob a responsabilidade do MEC), com o fim único de divulgação.

Trata-se, é evidente, de uma tradução. Nesse sentido, é, antes de tudo, um resumo, com o objetivo de possibilitar aos leitores uma rápida leitura. Depois, é um texto transposto do dialeto técnico para uma linguagem que se pretendeu simples, aberta a uma participação mais ampla.

É possível que, na ânsia por resumir, tenhamos, aqui e ali, omitido pontos importantes da posposta original. E que, ao tentar tomar as idéias menos densas, as tenhamos deturpado em sua integridade de início.

Nossas prévias desculpas pelos senões. E a esperança da compreensão de todos ante as eventuais falhas, que pedimos se apaguem em meio ao desejo de vermos as boas idéias, no campo da educação, compartilhadas por todos.

A Equipe



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Construir Escolas Não basta!

“Escola para todos!” Essa tem sido, nas últimas décadas, a palavra-de-ordem da política educacional brasileira. E, em relação ao ensino fundamental, podemos dizer que temos tido inegáveis avanços. O número de crianças em idade escolar abrigadas na escola, de fato, cresceu no País. Quarenta anos atrás, elas eram apenas 36, em cada 100. Hoje, elas já são 87. Mesmo assim temos problemas. O País parece ir bem de escola ... mas muito mal de ensino!

Pelo menos é nessa direção que apontam alguns sintomas. Convivemos, ainda, com um alto percentual de crianças que abandonam os estudos, impulsionadas, sobretudo, pelas sucessivas reprovações a cada ano (13%). A formação, na escola, é ainda precária. A bagagem que os alunos carregam, ao dela sair, é sempre mais pobre do que se espera. O que nela se aprende tem pouca significação para o aluno e a vida. A motivação dos estudantes para com o trabalho escolar, nesse contexto, infelizmente centra-se ainda no árido terreno das notas e na burocrática promoção de uma série para outra. E a escola, sem o menor poder de sedução, termina por ir perdendo a pouca credibilidade que tem, perante os estudantes, as famílias e a própria sociedade.

Existe, assim, entre a escola e a vida, um descompasso. O que, na escola, se estuda está defasado e não consegue acompanhar a velocidade do progresso científico e tecnológico do mundo atual. O que nela se aprende pouco leva em consideração a realidade vivida e a ser reconstruída pelos alunos. Uma realidade que, embora una e global, teima em ser enfocada fragmentariamente por um currículo retalhado em disciplinas estanques.

As coisas mudaram. A sociedade mudou. E, mais urgente do que construir escolas, o lema há de ser **concentrar todo o esforço na qualidade do ensino**. Em outras palavras, elevar os padrões do que se ensina, do como se ensina, do que se aprende e do como se aprende.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Currículo,
a ferramenta
da qualidade**

No caso brasileiro, fica até difícil se falar de qualidade do ensino sem que se adequem, de imediato, algumas questões fundamentais e urgentes. Sobretudo, as que dizem respeito à valorização do professor e à dotação de um mínimo de organização e apoio à vida escolar. Sem salários dignos e uma continuada estratégia de capacitação, os professores pouco poderão contribuir com o reclamado esforço de qualificação do ensino. Sem instalações adequadas, bibliotecas, laboratórios, material escolar, equipes técnicas para a supervisão e o acompanhamento do ensino, a escola continuará sendo um equipamento social inadequado para a tarefa que lhe confiamos.

Tudo isso é, sem dúvida, imperioso e urgente. Nada disso, entretanto, terá algum sentido se não contar com uma ferramenta indispensável para a qualidade do ensino: **o currículo**. Currículo, aqui, não na acepção tradicional e pequena, de uma listagem de conteúdos e disciplinas. Mas do manifesto sinal de um pacto celebrado entre família, escola e sociedade, em torno do projeto pedagógico a se colocar em prática em nossas escolas. Um currículo que, para o aluno, tenha a função de um código, que o torne capaz não só de “ler” e interpretar o mundo como de colaborar com a sua construção e transformação. Currículo, enfim, como um contrato social, de natureza plural, onde se pactuam idéias, valores, o perfil do educando – como pessoa, cidadão e profissional em formação, engajado num mundo sempre em mudança – as atitudes, os conteúdos, os processos e tudo, enfim, quanto importe no desenho do homem de agora e do amanhã.

**Definir parâmetros,
um bom começo.**

Por onde começar? Os acordos mais democráticos costumam nascer do consenso em torno de suas bases. E este foi o caminho pelo qual optou o Ministério da Educação, que quer definir, do currículo, os grandes balizamentos, as grandes linhas, os parâmetros, enfim, numa linguagem mais técnica. Desta vez, o MEC abandona a tentação, que historicamente o tem seduzido, de querer impor, a todo o País, um mesmo modelo de currículo, mínimo que seja. E, mais



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

realista e maduro, ousa em se dispor a pactuar. E é isso o que faz, mesmo na escolha da estratégica de discussão sobre o tema, em quatro fases propostas:

a) a **elaboração da proposta** e sua discussão preliminar com os profissionais de educação vinculados às várias instâncias do sistema educacional brasileiro (professores, técnicos, governantes) bem como com as universidades e os demais setores interessados em educação;

b) **integração da proposta com a experiência educacional** em curso nos diversos estados e municípios, de modo a garantir sua abertura e adequação às especificidades regionais e locais;

c) **elaboração da proposta curricular, no âmbito da escola**, à luz dos parâmetros nacionais, acrescidos das especificidades regionais e locais, de sorte a permitir que cada instituição escolar sinalize, em seu currículo, a identidade de seu projeto pedagógico;

d) realização, nos termos propostos pelo currículo, das **atividades de ensino e aprendizagem**, sob a responsabilidade dos professores, em sua relação com os alunos.

**Pluralidade
e equidade,
os pressupostos**

De saída, dois pressupostos: o primeiro deles é a pluralidade: **a consciência de que a unidade nacional se faz na diversidade**. De que o Brasil é um caleidoscópio cultural, do Oiapoque ao Chuí. E, sobretudo, uma federação. Não apenas um ente formado de governos (a União, os Estados e os Municípios) mas, sobretudo, das populações, dos grupos sociais e dos indivíduos que os compõem. Um currículo, pois, há de ter o rosto dessas “porções” a serem preservadas na formação dos alunos. “Porções” que, dos traços individuais e locais aos planetários (com passagem pelos regionais e os nacionais), vão em busca do desenho global do perfil do cidadão brasileiro.

O segundo pressuposto é o de que, ao definirmos os parâmetros curriculares, aí deverá estar presente o princípio da equidade, como valor a se perseguir no interior da vida social brasileira. O Brasil é um país que se marca ainda de grandes desigualdades sociais, além da diversidade cultural e da grande extensão de seu território. Mas não confundamos as coisas. **As diversidades**



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

(culturais e geográficas) de nosso País não podem estar a serviço das desigualdades sociais.

Que se tenha, pois, de partida, a consciência de que cada brasileiro (criança ou jovem), mesmo que habite nos locais mais desprovidos de infraestrutura ou de condições sócio-econômicas favoráveis, tem o direito de gozar do conjunto dos conhecimentos e bens culturais produzidos pela sociedade e pela humanidade tidos como necessários para o exercício pleno da cidadania.

As diferenças sócio-econômicas e culturais podem até determinar necessidades diversas no campo da aprendizagem. Elas, porém, jamais deverão ser invocadas como um empecilho para que o aluno participe do patrimônio coletivo ao qual, como cidadão, tem o direito de ter acesso. Seja ele quem for, esteja onde estiver: no interior ou no litoral do País, na zona rural ou numa grande cidade. É dever constitucional do Estado (União, Estados e Municípios) garantir o direito ao acesso e ao gozo desses bens culturais.

Daí, uma consequência prática desse princípio da equidade. Tudo quanto for bem coletivo necessário para o exercício da cidadania haverá de ser traduzido em termos de capacidades a serem asseguradas à formação de todo cidadão brasileiro. Essas "capacidades" deverão estar explicitadas no pacto em torno da definição dos parâmetros curriculares nacionais, para que possam ser tomadas como referência dos investimentos governamentais, em sua ação no sentido de reduzir as desigualdades das oportunidades no campo da educação.

Fundamentos e campos

Estabelecer parâmetros e não o currículo nacional. Induzir e não obrigar. Não descer aos detalhes e especificidades mas ficar no plano das grandes referências da formação básica de todo cidadão brasileiro. Este, o comportamento do MEC. Nesse sentido, a proposta é que elejamos os fundamentos do projeto educacional brasileiro, nos seguintes campos:

- a) da função social da escola;
- b) do processo de ensino e aprendizagem;
- c) das experiências pedagógicas;
- d) das áreas de conhecimento;
- e) das linhas gerais sobre *o que, para quem, quando e como ensinar e avaliar.*



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Escola:
o espaço
privilegiado
da cidadania**

A formação do cidadão (sabemos) não ocorre apenas na escola. Ela se realiza na vida em família, no trabalho e nas demais formas de convívio social. Mas é, na escola, que ela encontra seu espaço por excelência. Isso é tão mais verdadeiro, em países como o Brasil, onde, a despeito de os direitos políticos se estenderem, formalmente, a todos nós, existe ainda um grande contingente de pessoas que, na prática, deles é excluído. Uma profunda segmentação social, decorrente de uma injusta distribuição da renda nacional, é responsável por isso.

Nesse quadro, as escolas brasileiras podem e devem se fortalecer como privilegiadas agências para a formação da Cidadania. A elas, de fato, cumpre o papel de estender a todos o domínio dos códigos do mundo contemporâneo. Sua tarefa é possibilitar a seus alunos que compartilhem dos bens culturais, ajudando-os a desenvolver capacidades que os habilitem a compreender e transformar a realidade, a manter um competente diálogo com a sociedade, a ouvir a ser ouvidos, a respeitar e ser respeitados, a reivindicar direitos e cumprir com obrigações, participando ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do Mundo.

A escola, no entanto, há de ter tarefas mais pragmáticas. Ela terá que assumir compromissos mais estreitos com a inserção dos jovens no mundo do trabalho, da cultura, das relações sociais e políticas. É urgente que ela dê respostas no tocante a esse papel. Do contrário, ao se sentirem fracassados, no plano individual, nossos jovens poderão dar o triste testemunho de que a cidadania de que fala e de que se ocupa a nossa escola não passa de algo difuso e abstrato.

É imperioso, por outro lado, que nossas escolas tenham maior interação com a vida social, em seu entorno. Na verdade, os conhecimentos que, na escola, se transmitem e se recriam, só alcançam significados quando produtos de uma construção dinâmica, que se opera pelo fluxo contínuo entre o saber e a pluralidade dos outros saberes – entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para ela. Fundamental, pois, que nossas escolas se enraízem na comunidade em que se encravem, procurando envolvê-la e integrá-la nos diferentes espaços educacionais existentes na sociedade.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A escola, em resumo, caracteriza-se como uma instância transmissora de conhecimentos e, ao mesmo tempo, de formação humana. Mas há uma face sua que não deve ser esquecida. Ela em si, é uma organização social de caráter educativo. Isso pode significar várias coisas. De um lado, que ela tem por missão um projeto educacional. Que deve ser elaborado e continuamente avaliado com a participação da comunidade e que serve. De outro, que respira a própria educação como sua “cultura organizacional”. Isso significa que os próprios procedimentos de sua vida administrativa e financeira estão a serviço da finalidade educacional, devendo, por isso, integrar-se a seu projeto pedagógico.

**Aprendizagem
e ensino,
unidade
indissolúvel**

Qualidade, em nossas escolas, pressupõe a revisão dos fundamentos da relação entre ensino e aprendizagem, ainda em descompasso, na educação brasileira.

No passado, uma pedagogia enviesada supervalorizou, por muito tempo, o ensino e o professor, julgando, por essa via, estar pondo em primeiro plano o saber. O que ocorreu é que o professor e o ensino se tornaram a medida de todos os métodos didáticos e dos critérios todos de avaliação. Com isso, não se conseguiu outra coisa, a não ser colocar em segundo plano o aluno e a aprendizagem. Melhoram-se as técnicas de ensino. Mas se o aluno aprendeu ou deixou de aprender, isso pouco teve importância.

Foi aí que, em reação, surgiu uma onda contrária, colocando o aluno e a aprendizagem no centro de tudo. E, desta feita, a moda descambou para um exagerado espontaneísmo na atitude de aprender. Com isso, o ensino minimizou-se e a necessária intervenção do professor foi jogada de lado, num prejuízo para a própria aprendizagem do aluno.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra! Os tempos de agora são de maior equilíbrio. O que agora se busca é uma nova significação na relação entre o ensino e a aprendizagem, vistos como faces de um mesmo processo. Em outros termos, agora se compreende o processo de ensino e aprendizagem como uma unidade indissociável. *É consciência geral que, sem aprendizagem, não existe*



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ensino. E que, em contrapartida, sem a interferência do ensino, torna-se difícil a aprendizagem

Ensino e aprendizagem enfocam-se sob o crivo das modernas teorias que explicam o processo de conhecer. Na verdade, conhecer, hoje, é visto como o processo de “emprestar significado” à realidade. E a aprendizagem, como estrada do conhecer, é um processo que pressupõe uma relação significativa. O que é mesmo o aprender? De início, é o **aprender**. Mas não só. Quando aprendemos, captamos dados novos da realidade e os relacionamos a uma realidade anteriormente captada por nós. Do choque entre a realidade antiga e a nova, surge então uma significação. *Aprender, pois, é um processo de construção de significados. O ensino, em contrapartida, é a ajuda do estudante, nesse processo.*

Essa nova visão traz conseqüências novas para a pedagogia dos dias de hoje. A aprendizagem, como o conhecimento, não é algo que se realiza fora do indivíduo. Não é, por outro lado, um processo neutro. Nem algo isolado da realidade ou dos demais indivíduos do grupo social a que pertence o aprendiz. É, ao invés, alguma coisa que repercute no indivíduo por inteiro: corpo e alma, sentimento e razão. Em outros termos, é uma construção histórica e social na qual interferem fatores tanto de ordem cultural como psicológica.

Não se excluem, dentro dessa visão: o individual e o coletivo, a emoção e a razão. Na noção de pessoa, coabitam, harmônicos, o indivíduo e o grupo; a identidade de cada ser e o sentimento grupal de pertinência cultural; a aquisição de conhecimentos e a interação social.

Colocada nesses termos, *a aprendizagem implica, sempre numa atitude de desafio, de ousadia e criatividade, no processo de construção dos significados.* E nesse contexto, a própria noção de erro encara-se sob uma feição nova, diferente da tradicional na cultura de nossas escolas.

Nossa tradição escolar não distingue os vários tipos de erro: o erro que é parte constituinte do processo de aprendizagem e o erro que equivale a um lapso, um engano ou um sintoma de mera ignorância. Por isso, trabalha com a idéia equivocada de que, nos trabalhos escolares, a ausência de erros, é sempre garantida de uma aprendizagem bem sucedida.

Hoje, a investigação científica já nos obriga a interpretar o erro como parte inerente ao processo de aprendizagem. Visto assim, o erro pode ser superado pela adequada intervenção pedagógica do professor no processo de aprendizagem do aluno.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A forma como o erro é pedagogicamente tratado pode, pois, definir as fronteiras entre o sucesso e o fracasso na escola. Se, em cada experiência de aprendizagem, o aluno for se sentindo bem sucedido, ele terminará por ter uma imagem de si mesmo como alguém capaz de aprender. Mas se, ao contrário, cada experiência lhe for um fracasso, o ato de aprender tenderá a lhe soar como uma ameaça. Aí então a ousadia se converterá em medo. E, contra o medo, o único escudo de que disporá o aluno será o desinteresse por tudo.

Um projeto educacional que enxerga o processo de ensino e aprendizagem nessa nova dimensão parte do processo de que as crianças, adolescentes e jovens, ao chegarem à escola, trazem consigo o desejo de conhecer, de saber e de aprender. Esse sentimento não deve ser destruído mas, ao contrário, preservado e estimulado.

Garantir experiências de êxito, no entanto, nada tem a ver com a atitude equivocada de omitir ou disfarçar o fracasso. Tem a ver, sim, com a consecução dos objetivos propostos por meio das intervenções pedagógicas adequadas. O professor tem, pois, o dever de intervir, com vistas à aprendizagem do aluno. Deve ter propostas claras sobre o que, quando e como ensinar e avaliar. Só assim ele poderá planejar suas atividades de ensino para, de maneira adequada e coerente, contribuir com a aprendizagem dos alunos, de forma adequada e coerente com os objetivos traçados.

Em síntese, não é a aprendizagem que tem de se ajustar ao ensino, como no passado. Mas o contrário. O ensino é que tem de se adequar ao processo de aprender. O ensino, portanto, tem um papel: tornar possível a aprendizagem.

**Aprender,
um processo
provisório
e complexo**

Por trás dos atos de cada professor em sala de aula, é possível se captar, imanente, sua concepção de ensino, que se revela de modo consciente e até não consciente. E a observação desse fenômeno é importante para sabermos até que ponto existe, em nossa educação, uma coerência entre o verbo e o gesto.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Que tendências pedagógicas encontraríamos, numa varredura pelas salas de aula de nosso País? Nenhuma delas, em especial, de forma predominante. Mas, com certeza, uma mistura de, pelo menos, tendências várias, aqui agrupadas sob alguns títulos:

1. Pedagogia Tradicional

Esta tendência valoriza o professor e os conteúdos como acervos da produção humana a serem transmitidos, de forma acabada e passiva, aos estudantes, dos quais se espera uma postura reprodutiva.

2. Pedagogia Renovada

Esta, ao contrário, põe em destaque o processo de aprendizagem. Valoriza o aluno como o centro da atividade escolar. O professor, relega-o a um plano secundário, reservando-lhe o papel de mero suporte à aprendizagem pelo aluno. Essa concepção trouxe a idéia da globalização e dos centros de interesse, que, inadequadamente, terminaram por se converter em práticas espontaneístas. Levou a tal exagero o interesse do aluno que desconsiderou o papel do professor, no processo de aprendizagem e ensino.

3. O Tecnicismo Educacional

Trata-se de uma tendência inspirada nas teorias da aprendizagem de cunho comportamentalista e da abordagem sistêmica do ensino, que ditaram moda nos anos 70. Ela valoriza o processo e a técnica de ensino, num jogo estreito entre o estímulo (emitido pelo docente) e a resposta (a cargo do aluno), de forma a satisfazer objetivos comportamentais predeterminados.

4. A Pedagogia Libertadora

Tem suas origens no Movimento de Educação Popular (MEB), no final dos anos 50 e início dos anos 60. Interrompida com o Golpe Militar de 1964, é retomada no final dos anos 70 e início dos anos 80. Sob a ótica dessa tendência, a atividade escolar se pauta na discussão dos temas sociais e políticos e em ações sobre a realidade social do aqui-e-agora, cujos problemas se analisam sob o enfoque de seus fatores determinantes e da estruturação de uma forma de atuação para que a realidade social e política seja transformada. Nesse contexto, cabe ao professor a função de coordenar as atividades que ele organiza, atuando conjuntamente com os alunos.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

5. A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos

Esta tendência atribui à escola pública a função social e política de colocar as classes populares, pela via do trabalho com conhecimentos sistematizados, em condições de uma efetiva participação nas lutas sociais. Defende que não basta ter, como conteúdo curricular, as questões sociais do momento. É necessário que as classes trabalhadoras tenham o domínio dos conhecimentos, das habilidades e das capacidades para que possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classe.

Essas e outras tendências, presentes nas atitudes de nossos professores, têm alimentado o debate, trazendo importantes contribuições à educação brasileira. De uma forma ou de outra, estão na raiz da proposta ora assumida pelos parâmetros curriculares nacionais.

Na verdade, a orientação ora proposta apóia-se num modelo geral de aprendizagem. Esse modelo reconhece, como a tendência renovada, *o papel ativo do aluno* no ato de aprender. Mas reclama, por outro lado, *uma ação interventora, nesse processo, por parte do professor*, sem que, com isso, caia na supervalorização deste, como o fazia a pedagogia tradicional.

O processo de ensino e aprendizagem, por outro lado, não se vê, tradicionalmente, como uma coisa estanque, dividida em etapas e desenvolvida “passo a passo”, como se o conhecimento fosse um produto acabado. Nada disso! Nos termos de uma teoria do conhecimento moderna, esse processo (repita-se) é uma construção dinâmica. Além disso, é um processo complexo e provisório. Porque é assim que é o conhecimento: – provisório e complexo. *O objeto do conhecer é global e complexo. Despedaçá-lo em fatias é falsificá-lo.* O processo de conhecer, por outro lado, não se realiza por adição, mas por reorganização do conhecimento. Ele é, além disso, provisório, “por enquanto”. A ele se chega pelas vias do imediato e, sim, por meio de aproximações sucessivas, que vão permitindo a sua constante reconstrução.

A proposta dá importância aos conteúdos. Mas sob um enfoque diferente das tendências pedagógicas passadas, que os viam como acervos estáticos para simples transmissão aos alunos. Aqui, os conteúdos são encarados como códigos para a “leitura” e a reconstrução da realidade, postos como “capacidades” a serviço da equidade sócio-cultural.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A proposta propõe-se que seja um espaço tanto de formação quanto de informação, onde a aprendizagem dos conteúdos cumpram com a missão pragmática de inserir os alunos no cotidiano social e no universo cultural mais amplo.

Ao professor, nesse contexto, atribui-se o papel de intermediário entre o aluno e o conhecimento. Um mediador reconhecido como alguém que sabe mais que o aluno e que, por isso, é uma fonte de informação valorizada, não querendo, com isso, se afirmar que deve ele atuar como senhor absoluto do saber que detém.

**Ciclos,
degraus
mais largos**

Como organizar os conteúdos do currículo da escola fundamental? A proposta do MEC é que, da 1ª à 8ª série, essa organização se faça em ciclos. A noção de ciclos é vista como mais adequada sob o ponto de vista pedagógico. A razão é que, se as séries forem agrupadas em ciclos de dois ou três anos, fica mais fácil definirem-se objetivos que poderão ser cumpridos numa faixa de tempo maior, ao final de tais ciclos.

Não existe incompatibilidade entre a idéia de ciclos e a estruturação tradicional ano a ano. O que ocorre é que, com os ciclos, essa estruturação ano a ano torna-se mais flexível e menos fragmentária. Certamente, ela pressupõe mais integração entre um professor de uma série e o da seguinte, dentro de um mesmo ciclo, num compartilhamento de responsabilidade por sobre seus alunos. Mas é exatamente isso o que se busca, sob o fundamento de que a aprendizagem não se processa como se fosse uma subida por degraus regulares.

**Áreas de Conhecimento
e Temas Transversais**

A proposta é que os conteúdos, no currículo do Ensino Fundamental, se organizem sob duas modalidades: a) em áreas de conhecimento; b) em temas transversais.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A opção por áreas e não por disciplinas deve-se ao fato de os alunos do Ensino Fundamental (principalmente os das primeiras séries) não estarem, via de regra, afeitos à aprendizagem de conteúdos estritamente disciplinares. Mais compatível com o nível de sua faixa etária é a absorção de conteúdos sob a forma de um conjunto de conhecimentos mais amplo. A idéia, por isso, é que a estruturação, de início, faça-se por áreas e que, gradualmente, vá se operando por disciplinas, na medida em que as condições de desenvolvimento o permitam.

As áreas de conhecimento propostas para o Ensino Fundamental são as que, agora, estão em vigor, definidas pela legislação específica. Elas se dispõem em duas camadas:

- a primeira (conhecida como núcleo comum) abrange as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Históricos e Geográficos e Ciências;
- a segunda, integrada por Educação Física, Educação Artística e Língua Estrangeira (ainda não contemplada, está, no documento do MEC).

Por último, Programa de saúde, que também é um conteúdo obrigatório e que, na proposta do MEC, recebe o tratamento de um tema transversal.

Na série de documentos sob o título de parâmetros curriculares nacionais, cada uma dessas áreas de conhecimento é apresentada pela abordagem dos seguintes aspectos: a) breve histórico da área no contexto educacional brasileiro; b) justificativa de sua presença no Ensino Fundamental; c) fundamentação epistemológica (vale dizer, no quadro da teoria do conhecimento); d) relevância na sociedade atual; e) fundamentação psicopedagógica da proposta de ensino e aprendizagem da área; f) critérios para organização e seleção de conteúdos a estarem presentes na distribuição deste nos ciclos; g) objetivos gerais da área para o Ensino Fundamental.

Os temas transversais se explicam. E que a escola tem por função preparar cidadãos capazes de intervir criticamente na sociedade. Daí, a necessidade de que suas atitudes se pautem dentro dos princípios éticos e das normas do convívio social, sendo oportuno que o currículo contemple temas sociais, atuais e urgentes, que, necessariamente, não se achem incluídos nas áreas convencionais que o integram. Esses temas não criam nova área. Mas se transversalizam nas áreas já existentes, permeando toda a formação dos alunos.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A proposta do MEC elege como temas transversais: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Estudos Econômicos, Pluralidade Cultural e Sexualidade.

**Objetivos Gerais
do Ensino
Fundamental**

Propõem-se como objetivos gerais a serem alcançados pelo aluno no Ensino Fundamental:

- 1) compreender a cidadania como um conjunto de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, **atitudes de participação, solidariedade, cooperação** e repúdio às injustiças e discriminações, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- 2) posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva, nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento produzido pelo outro, utilizando o **diálogo como forma de resolver conflitos e de tomar decisões coletivas**;
- 3) perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente natural, identificando seus elementos e as interações entre eles, **contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável e a melhoria do meio ambiente**;
- 4) conhecer e valorizar a **pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro**, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, crenças, sexo, raças e outras características individuais e sociais;
- 5) conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente **a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País**;
- 6) desenvolver o **conhecimento ajustado de si mesmo** e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

- 7) utilizar **as diferentes linguagens** (verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal) como meio para expressar e comunicar suas idéias, interpretar sentimentos e usufruir das produções da cultura;
- 8) utilizar **a Língua Portuguesa para compreender e produzir**, em situações públicas e privadas, mensagens orais e escritas, atendendo a diferentes intenções e contextos de comunicação;
- 9) questionar a realidade, **formulando problemas e tratando de resolvê-los**, utilizando, para isso, o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;
- 10) saber utilizar **diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos** para adquirir e construir conhecimentos;
- 11) conhecer o próprio corpo e dele cuida, valorizando-o e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da **qualidade de vida**, agindo enfim com responsabilidade em relação à saúde individual e à coletiva;
- 12) **apropriar-se dos conteúdos abordados** pelas áreas curriculares, utilizando-os de maneira adequada, nas diferentes situações sociais.

**Avaliação,
integração
entre
aprendizagem
e ensino**

Para a concepção de ensino assumida pelos parâmetros curriculares nacionais, propostos pelo MEC, o conhecimento é visto como algo significativo, articulado e contextualizado, em permanente construção e transformação. Nesse contexto, a avaliação toma uma nova conotação. Ela é, antes de tudo, um processo de integração entre a aprendizagem do aluno e a atuação do professor, no processo de conhecimento. Ela ganha, todavia, uma amplitude maior em relação a seu conceito tradicional, na medida em que se toma uma *instância para a verificação dos sucessos e dos fracassos tanto do aluno, quanto do professor e da escola.*



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Posta assim, ela tem por função alimentar, sustentar, orientar e ajustar a intervenção pedagógica, verificando o grau de aprendizagem atingido pelo aluno – isto é, o quanto ele se aproxima ou se distancia da expectativa de aprendizagem que se tem, nos diversos momentos da escolaridade.

Que representam os dados colhidos pela avaliação? Para o professor, um elemento de: a) reflexão contínua sobre sua prática; b) criação de instrumentos de trabalho; c) retomada de aspectos a serem revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem, individual ou grupal, de seus alunos. Para o aluno, um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades, com vistas à reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, enfim, um mecanismo para a análise com o intuito de identificar prioridades a se reforçar, falhas a se corrigir e ações educativas e exigir apoio maior.

Etapas da Avaliação

Para que cumpra com essas funções, a avaliação tem de ser contínua, ocorrendo por todo o processo de aprendizagem e ensino e não somente após o fechamento de determinadas etapas, como habitualmente se faz. Tem de se realizar em três importantes etapas, que, entre si, estão estreitamente relacionados: a **inicial**, a **formativa** e a **final**.

A **avaliação inicial** é o momento em que o professor se inteira do que já sabe o aluno, para o planejamento do trabalho a ser com ele realizado, já que o fato de o aluno estar matriculado em uma dada série não é informação suficiente do nível de aprendizagem em que ele se situa.

A **avaliação formativa** é aquela que se faz durante todo o processo. Em geral, é feita, se bem que de maneira informal e assistemática, deixando-se, por vezes, os alunos abandonados, ao ponto de concluírem uma série ou um ciclo, quase sem avanços de aprendizagem. A idéia é que ela se opere de modo sistemático, possibilitando ajustes constantes, num mecanismo de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem.

A **avaliação final** consiste na medição de um período de aprendizagem (ciclo ou série). Ela abrange determinados conteúdos, evidenciando o quanto os alunos aprenderam, em relação aos objetivos previamente definidos. É o momento de se avaliar a aprendizagem de alguns conteúdos essenciais e de se determinarem os novos.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Critérios da Avaliação

Na proposta de parâmetros curriculares nacionais, definem-se critérios de avaliação. Esses critérios desempenham o papel de explicitar as expectativas de aprendizagem que se tem para cada ciclo e para cada área de conhecimento. Levam em conta os **objetivos** e os **conteúdos** de cada área e de cada ciclo bem como as **possibilidades de aprendizagem** que se ajustam ao desenvolvimento (cognitivo, afetivo e social) dos anos, na faixa etária considerada.

Tais critérios referem-se, em cada área ou ciclo, às intenções mais amplas do processo educativo, adquirindo maior concreção ao se direcionarem para o tipo e o grau dos conteúdos a serem aprendidos. De propósito, não abarcam todos os conteúdos a serem trabalhados no ciclo. Restringem-se, ao invés, apenas àqueles que se consideram, fundamentais e indispensáveis para que o aluno seja promovido ao ciclo seguinte, sem comprometer seu aproveitamento.

A rigor, não são critérios para definir a aprovação ou a reprovação dos alunos. Essa é uma decisão que terá de ser tomada numa análise mais acurada, realizada caso a caso, pelos professores envolvidos no processo.

Orientações para a avaliação

Como avaliar? As orientações para a avaliação, contidas na proposta de parâmetros curriculares nacionais, definem-se a partir: a) da concepção de ensino e aprendizagem; b) das orientações didáticas postas em prática; c) na forma como se compreende o papel da avaliação no processo educativo.

Qualquer decisão a respeito do "como avaliar" pressupõe, de partida, a discriminação dos procedimentos pelos quais se obterá, em cada momento da escolaridade, a informação necessária ao processo de aprendizagem e ensino. E Alguns aspectos, nessa tomada de decisão, é importante que sejam considerados:



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

- é oportuno que, no processo de avaliação, se utilizem **diferentes instrumentos**, que permitam, de um lado, que sejam contrastados dados obtidos pelos diferentes instrumentos e, de outro, que capacidades e conteúdos curriculares diferentes sejam avaliados;
- a avaliação deverá valer-se dos **diferentes códigos** (verbal, escrito, gráfico, numérico, pictórico, entre outros), de forma que se considerem as diferentes aptidões dos alunos, sem que, no entanto, tais códigos se transformem num obstáculo à realização da própria avaliação;
- deve-se observar, no processo avaliativo, a **transferência de aprendizagem**, em contextos diferentes;
- as informações sobre o que se pretende avaliar devem se **explicitar com clareza**, sem a introdução de variáveis que possam distorcer os dados obtidos;
- é fundamental que as **situações** de aprendizagem levadas em consideração, na avaliação, **sejam as mesmas**, em estrutura, das comumente estruturadas em sala de aula.

Decorrentes desses critérios, podem ser sugeridos os procedimentos a seguir:

Observações sistemática

O professor pode acompanhar o processo de aprendizagem de seus alunos por meio de instrumentos como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros.

Análise das produções dos alunos

Elas são fundamentais para se ter um quadro da aprendizagem realizada. Podem ser expressas por textos escritos, realizações orais, plásticas, musicais, resumos, monografias, cadernos de classe, jogos de simulação, expressão corporal etc.

Intercâmbios orais com os alunos

Esses intercâmbios podem se efetuar por meio de diálogos, entrevistas, debates, assembléias etc.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Atividades específicas

Um exemplo são as tradicionais “provas”, nas quais os alunos devem ter objetividade, ao exporem sobre um tema, ao responder a um questionário etc. Outro exemplo é a observação direta de uma atividade ou o seu registro em material audiovisual, para análise posterior.

**A vez
da
escola**

Aí, em termos sucintos, os pontos mais abrangentes dos parâmetros curriculares nacionais, propostos pelo MEC para o Ensino Fundamental. São idéias que não ficam aqui mas que se desdobram em documentos específicos (não contidos aqui), alusivos às diversas áreas de conhecimento e temas transversais a se pactuarem com vista à constituição dos currículos escolares em todo o País.

É, sem dúvida, uma proposta que incorpora **sensíveis avanços**, embora trate de conceitos cuja factibilidade depende do grau de envolvimento, com ela, dos diferentes protagonistas da cena escolar brasileira: professores, educadores, dirigentes escolares, pais, alunos, sociedade em geral. *Debatê-la, pois, é vital para que se possa ser entendida, criticada, refeita e posta em prática. Assim não sendo, será mais uma letra morta na contramão de uma prática a negá-la, no dia-a-dia.*

Nesse debate, alguns pontos não de se colocar em relevo. Antes de tudo, que *não se trata de um currículo acabado. Mas um currículo em construção: do plano nacional até o espaço escolar.* O momento atual é de definição dos parâmetros, vale dizer, dos balizamentos mais amplos. Logo a seguir, será a vez de se desenharem as especificidades, com as cores regionais e locais, até atingir-se a singularidade de cada escola. É, de fato, um desenho que, em todas as suas etapas, haverá que ser coletivo, contando com a participação dos três agentes maiores do processo educacional: **escola, família e sociedade.**

Dentre os parâmetros ora propostos merece destaque a introdução dos temas transversais. Em tempos de globalidade, a fragmentação deve ser evitada. E, no caso, *a transversalidade representa uma visão transdisciplinar do*



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

conhecimento em bases modernas. Embora a proposta ainda mantenha a organização curricular sob a feição tradicional de “áreas de conhecimento” (equivalente a “matérias”), a introdução da figura dos “temas transversais” já representa um toque de modernidade.

É louvável, por outro lado, a *reposição, em seus precisos termos, dos papéis do professor e do aluno*, no processo de ensino e aprendizagem. Não mais a descabida desvalorização de um ou de outro, minimizando-se, a aprendizagem ou o ensino. Mas, ao contrário, o processo de ensino e aprendizagem como uma unidade indissolúvel, abrindo espaço a uma participação ativa do aluno e, ao mesmo tempo, restaurando ao professor o dever de intervir no processo.

Outro aspecto inovador é a *visão do processo de aprendizagem e ensino como uma construção de significados e a implicação dessa visão na noção de erro.* Visto como parte inerente ao processo de aprender, podendo ser superado pela adequada intervenção pedagógica do professor, o erro pode ser um importante elementos na definição das fronteiras entre o sucesso e o fracasso do aluno. *Na prática, tal visão pode ser entendida como um sinal de uma nova pedagogia do sucesso nascendo e de uma pedagogia do fracasso se sepultando.*

É compreensível, na proposta do MEC, uma natural reação, a esta altura, à onda psicologista que, durante os tempos do Arbítrio (e até num escudo contra ele), dominou toda a escola brasileira. Mas *há um sensível desequilíbrio na formação que ora se propõe para o cidadão brasileiro: um homem predominantemente social e político.* Na verdade, nos parâmetros curriculares nacionais, há pouca ênfase nos aspectos do desenvolvimento do indivíduo como pessoa, em seus aspectos transcendentais, no papel da sensibilidade, da criatividade e do senso estético no processo de representação e construção do mundo. Arte e estética (reconhece-se) lá estão. Mas como figurantes obrigatórios embora despercebidos. Não como protagonistas.

Essa, a proposta. Viável? Tudo depende de nossa determinação e coragem. Pode ser que, desta feita, o País acorde e seja, em realidade, a vez da escola!

Edição composta no Núcleo de Editoração Eletrônica do Conselho de Educação do Ceará e impressa na Imprensa Oficial do Ceará (IOCE)